

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Educação:

APROVADO na **Comissão de Defesa dos Direitos Humanos** o **parecer** da relatora, deputada Tia Ju, ao **Projeto de Lei nº 1.879/2016**, de autoria da Enfermeira Rejane, que "Dispõe sobre o monitoramento dos casos de violência sexual, ataques e estupros ocorridos nas escolas de nível médio, do ensino tecnológico e nas universidades públicas e privadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro", favorável, com a emenda da CCJ¹.

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer favorável** do relator, deputado Gustavo Tutuca, ao **Projeto de Lei nº 475/2015**, de autoria deputado Benedito Alves, que "Autoriza o Poder Executivo a criar nas escolas públicas e particulares de ensino do Estado do Rio de Janeiro, Programas de Esclarecimentos sobre a alergia alimentar, seus sintomas, suas conseqüências, os cuidados a serem tomados e as formas de tratamento.

APROVADO na **Comissão de Educação** o **parecer** do relator, deputado Tio Carlos, ao **Projeto de Lei nº 203/2015**, de autoria da deputada Lucinha, que "Dispõe sobre a proibição de patrocínio de eventos estudantis por empresas que fabriquem, comercializem ou distribuam bebida alcoólica, no território do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências", favorável, com as emendas da CCJ.

APROVADO na **Comissão de Educação** o **parecer** favorável do relator, deputado Comte Bittencourt, ao Projeto de Lei nº 566/2015, de autoria do deputado Benedito Alves, que "Obriga as escolas públicas e particulares de ensino do estado do Rio de Janeiro a realizar no ensino médio, atividades destinadas à orientação profissional, nos períodos que menciona".

APROVADO na **Comissão de Educação** o **parecer favorável** do relator, deputado Comte Bittencourt, o **Projeto de Lei nº 2076/2016**, de autoria do deputado Tio Carlos, que "Dispõe sobre a comunicação de ausência durante o período escolar, de alunos das escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências".

Republicação do **Parecer da Comissão de Constituição e Justiça – Projeto de Lei nº 2255/2016**, de autoria do deputado Geraldo Pudim, que "Institui a semana de conscientização sobre o transtorno afetivo bipolar (TAB) e dá outras providências", parecer do relator, deputado Rafael Picciani, **pela juridicidade, com emendas**.

¹ CCJ – Comissão de Constituição e Justiça.

Infraestrutura

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o parecer do relator, deputado Edson Albertassi, ao **Projeto de Lei nº 1212/2015**, de autoria do deputado Marcos Muller, que "Autoriza o executivo a implantar nas rodovias do estado do rio de janeiro, sinalização de advertência que informe a ocorrência de acidentes de trânsito e dá outras providências", **favorável, com subemendas às emendas da CCJ**.

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o parecer **favorável** do relator, deputado Edson Albertassi, ao **Projeto de Lei nº 835/2015**, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que "Institui a política estadual de barreiras de segurança na rodovias estaduais e federais no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências".

Indústria da Construção:

APROVADO na **Comissão de Defesa Civil** o parecer **favorável** do relator, deputado Flávio Bolsonaro, ao **Projeto de Lei nº 265/2013**, de autoria do deputado Dica, que "Obriga as construtoras, que operam no estado do Rio de Janeiro, a fazerem após a conclusão da edificação, comunicado oficial ao CBMER das Unidades – residenciais ou comerciais – para os respectivos registros, com vistas a regularizar o recolhimento da taxa de incêndio anual".

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o parecer do relator, deputado Edson Albertassi, ao **Projeto de Lei nº 1900/2012**, de autoria dos deputados Marcelo Freixo e outros, que "Acrescenta o artigo que menciona na Lei nº 4.962, e 20 de dezembro de 2006, que cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS e dá outras providências", **favorável com emenda e com subemenda à emenda da CCJ**.

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o parecer do relator, deputado Edson Albertassi, ao **Projeto de Lei nº 1458/2016**, de autoria do Deputado Zito, que "Dispõe sobre a criação de reservatórios para escoamento e reuso do excesso de águas pluviais no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências", favorável com a emenda da CCJ e da Comissão de CSA²

Indústria Gráfica:

APROVADO na **Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional** o parecer **favorável** do relator, deputado Carlos Minc, ao Projeto de Lei nº 1359/2016, de autoria do então deputado Gerson Bergher, que "Dispõe sobre a proibição da comercialização, publicação, distribuição e circulação do Livro Mein Kampf (Minha Luta) no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

² CSA – Comissão de Saneamento Ambiental

Interesse Geral:

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Rafael Picciani, ao **Projeto de Lei nº 1826/2016**, de autoria do deputado Marco Muller, que "Institui o feriado estadual, dia 1º de dezembro, Dia da Bíblia Sagrada", **pela inconstitucionalidade**.

REQUERIMENTO

Deferido o **Requerimento** de autoria do deputado Rosenverg Reis, autor do **Projeto de Lei nº 2.430/2017**, que "Dispõe sobre a Isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviço – ICMS, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, incidente nas fases de produção, distribuição e comercialização de legumes, frutas, hortaliças e ovos, e dá outras providências", **urgência na tramitação do PL**.

O deputado Luiz Paulo, autor do **Projeto de Lei nº 2327/2017**, que "Altera a lei nº 6908/2014 que dispõe sobre procedimentos de manejo de passeriformes da fauna silvestre nativa para todas as etapas relativas às atividades de criação, reprodução, comercialização, manutenção, treinamento, exposição, transporte, transferência, aquisição, guarda, depósito, utilização e realização de torneios a serem observados dentro das políticas de controle e manejo de competência do Instituto Estadual Ambiental *INEA*, para a criação amadora de passeriformes nativos no estado do Rio de Janeiro", **requereu urgência na tramitação do PL. Aguarda-se deliberação da Mesa Diretora**.

OFÍCIO CCJ:

Nº 61 de 05 de abril de 2017 referente à **anexação** do **Projeto de Lei nº 1754/2016**, de autoria do deputado Dr. Julianelli, que "Dispõe sobre a reserva de assentos em veículos coletivos para idosos, deficientes físicos e gestantes no estado do Rio de Janeiro" ao Projeto de Lei nº 1753/2016, de autoria do deputado Beбето e outros por se tratarem de matérias correlatas.

Nº 63 de 05 de abril e 217 referente à **anexação** do **Projeto de Lei nº 1815/2016**, de autoria do deputado Nivaldo Mulin, que "Determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde que integram as redes públicas e privada de saúde do estado, das ocorrências envolvendo embriaguez ou consumo de drogas por criança ou adolescente, na forma que especifica", ao Projeto de Lei 1030/2011, de autoria da Deputada Enfermeira Rejane.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária: 11/04/2017

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o **Projeto de Lei nº 466-A/2015**, de autoria da deputada Ana Paula Rechuan, que "Proíbe a cobrança de tarifas bancárias sobre contas correntes inativas no âmbito do estado do Rio de Janeiro". **Vai autógrafo**.

APROVADO o **Projeto de Lei nº 1621/2016**, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que "Classifica Araruama como município de interesse turístico". **Vai a autógrafo**.

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o **Projeto de Lei nº 1639/2012**, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que "Proíbe o comércio, a fabricação, a importação e a utilização de aparelhos bloqueadores de sinais de GPS no âmbito do estado do Rio de Janeiro", com emendas da CCJ. **Vai à redação do vencido para 2ª discussão.**

APROVADO o **Projeto de Lei nº 1594/2016**, de autoria do deputado Dionísio Lins, que "Dispõe no âmbito do estado do Rio de Janeiro sobre a informação ao consumidor da opção pelo uso de biometria no sistema bancário e dá outras providências", **com emenda da CCJ. Vai à redação do vencido para 2ª discussão.**

Deferido³ Requerimento nº 268/2017, de autoria do deputado Luiz Paulo (PSDB), que "Requer a criação de Comissão Especial para acompanhar as possíveis recuperações pecuniárias derivadas das perdas oriundas dos royalties e participações especiais sobre petróleo e gás e dar continuidade as propostas da CPI que investigou as possíveis perdas econômicas, financeiras e sociais que sofreu o estado do Rio de Janeiro, nos últimos 10 (dez) anos, por influência da gestão precária da Petrobrás.

Sessão Plenária: 12/04/2017

1ª DISCUSSÃO:

RETIRADO DE PAUTA, a pedido do deputado Flávio Serrafin, um dos coautores do **Projeto de Lei nº 2042/2016**, da Comissão Especial Instituída pelo Requerimento nº 49/2015, que "Institui a taxa de fiscalização da atividade de fundeio na Baía de Guanabara e dá outras providências". Segundo o parlamentar a retirar dar-se-á em virtude de realização de mais uma audiência pública.

Sessão Plenária: 18/04/2017

AUTÓGRAFO:

APROVADA a **redação final** do **Projeto de Lei nº 1650-A/2016**, de autoria da deputada Lucinha, que "Obriga as empresas prestadoras de serviço a, previamente, informarem, aos consumidores, dados dos funcionários que executarão os serviços demandados em suas residências ou sedes". **Vai autógrafo.**

EM REGIME DE URGÊNCIA:

Discussão Única - Projeto de Lei nº 2430/2017, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que "Dispõe sobre a isenção de imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços – ICMS, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, incidente nas fases de produção, distribuição e comercialização de legumes, frutas, hortaliças e ovos, e dá outras providências". O projeto foi aprovado nas Comissões de: Constituição e Justiça; Agricultura; Economia; Trabalho; e de Orçamento. Já a Comissão de Tributação apresentou emendas. O PL recebeu 53 emendas de plenário. Sai de pauta para análise das emendas recebidas. A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, na 6ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de abril de 2017, aprovou o parecer do relator FAVORÁVEL À EMENDA DE PLENÁRIO Nº 43; FAVORÁVEL, COM SUBEMENDA AGLUTINATIVA ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 02 E 45; 1, 3, 4, 5, 7, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 22, 23, 25, 31, 33, 34, 38, 39, 40, 42, 44, 47, 49 E 50; E CONTRÁRIO ÀS DEMAIS EMENDAS DE PLENÁRIO, concluindo por Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2430/2017.

³ Automaticamente nos termos do inciso IV do art. 10 do Regimento Interno c/c o parágrafo único do mesmo dispositivo.

1ª DISCUSSÃO:

Discussão o **Projeto de Lei nº 196/2016**, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos grupos ou artistas que tenham projetos contemplados pela Lei Rouanet a informarem nos bilhetes de ingressos dos eventos realizados no estado do Rio de Janeiro o seguinte dizer: "este evento foi incentivado pela Lei Rouanet", e dá outras providências", recebeu pareceres das Comissões Técnicas⁴. Foram apresentadas sete emendas de plenário. O PL sai da pauta da ordem do dia e retorna às Comissões Técnicas para análise das emendas recebidas.

REQUERIMENTO:

Deferido o Requerimento do Deputado Paulo Ramos, autor do **Projeto de Lei nº 2714/2014**, que "Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos, higiene pessoal, perfumes, e seus componentes, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, sem prejuízo de proibições e sanções previstas em outros dispositivos legais: municipal, estadual ou federal, e dá outras providências", para incluir esse PL na pauta da ordem do dia.

Sessão Plenária: 19/04/2017

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2251-A/2016**, de autoria da deputada Daniele Guerreiro, que "Obriga as unidades escolares, públicas e privadas, inclusive creches, que disponibilizem no mínimo 10% (dez por cento) de mobiliário adaptado para pessoas com deficiência e obesidade". **Vai a autógrafa.**

1ª DISCUSSÃO:

APRECIADO o **Projeto de Lei nº 198/2015**, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que "Autoriza o governo do estado do Rio de Janeiro, a criar frigorífico pesqueiro nas regiões de pesca do Estado", **recebeu três emendas de plenário**. Retorna às Comissões Técnicas para análise das emendas recebidas.

APROVADO o **Projeto de Lei nº 1087/2015**, de autoria dos deputados Jorge Picciani, Paulo Ramos e outros, que "Dispõe sobre a inclusão de cachaças produzidas no estado do Rio de Janeiro nas cartas de bebidas de bares, restaurantes e hotéis". **Voltará em 2ª discussão**. (com voto contrário do deputado Samuel Malafaia e abstenção do deputado Fábio Silva).

⁴ Pareceres: Constituição e Justiça (pela constitucionalidade, com duas emendas modificativa); Cultura (favorável com as emendas da CCJ); Economia (favorável com emendas); Tributação; e de Orçamento (ambas proferiram pareceres favoráveis).

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO:

AGORA É LEI:

Publicado no DO-I de 17/04/2017

LEI Nº 7551 DE 12 DE ABRIL DE 2017 – oriunda do PL 1078/2015

Autor: Deputado Zito

Dispõe sobre a obrigação de hospitais, clínicas, consultórios e similares a informar aos pacientes em tratamento de câncer que a reconstrução da mama retirada é feita de forma gratuita nos hospitais públicos do estado.

Publicado no DO-I de 18/04/2017

LEI Nº 7555 DE 12 DE ABRIL DE 2017 – oriunda do PL 103/2015

Autor: Deputado Átila Nunes

Proíbe as empresas fabricantes e revendedoras de rodas e pneus de efetivarem a venda casada dos produtos comercializados com outros serviços oferecidos.

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Ato do Governador:

Publicado no DO-I de 1/04/2017

Decreto nº 45.976 de 10 de abril de 2017

Institui o sistema de governança dos incentivos fiscais e transparência – SISGIFT do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Ato do Secretário de Estado:

Publicação no DO-I de 17/04/17

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Resolução SEFAZ nº 41 de 11 de abril de 2017

Altera o Anexo XIII, da Parte II, da Resolução SEFAZ 720/2014, dispensando a comunicação do estorno do crédito pela inutilização ou perda de mercadoria sob as condições que prevê.

Subsecretaria Adjunta de Fiscalização

Portaria SAF nº 2219 de 11 de abril de 2017

Altera a Tabela "Normas Relativas à EFD", do Anexo VII, da Parte II, da Resolução SEFAZ nº 720/2014, quanto ao dever instrumental de preenchimento do registro C197 da EFD, passando a exigir a discriminação por item da nota fiscal.

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social

Dia: 24-abril-2017

Hora: 10:00

Local: Auditório Senador Nelson Carneiro do Palácio 23 de Julho

Tema: Análise das relações trabalhista nas cooperativas de trabalho junto ao órgãos competentes.

Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.